

CAPÍTULO 9

A GESTÃO ESCOLAR E AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS PARA A SUPERÇÃO DAS DESIGUALDADE SOCIAIS (ODS 10): UMA BREVE REFLEXÃO

**Júlio Cezar Oliveira Cavalcante
Elisângela Rodrigues da Silva Farias
Maria Geralda de Miranda
Kátia Eliane Santos Avelar**

Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM);
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local (PPGDL)

RESUMO

Este artigo busca provocar uma ação reflexiva sobre os aspectos necessários a construção de uma escola com políticas e práticas eficazes para o enfrentamento dos desafios surgidos da relação entre os sujeitos com a sociedade. Baseado no levantamento bibliográfico, em especial nos trabalhos de Reis (2013), Fantinato (2014) e Rodrigues (1985), procuramos refletir em linhas gerais sobre alguns aspectos envolvendo os processos de gestão escolar e como esta deve proporcionar a inclusão dos sujeitos, minimizando as desigualdades sociais. A construção de práticas participativas e significativas, visa diminuir as desigualdades sociais, conforme preconiza o ODS 10 da ONU. Em meio a necessidade da introdução de novas metodologias com uso das tecnologias, observa-se que a diversidade pode se apresentar como um ponto delicado para a efetivação de tal ação. Inicialmente apresentamos uma breve discussão sobre diversidade e gestão escolar e na sequência alinhamos o avanço da tecnologia com o avanço das desigualdades. Concluimos nosso estudo adquirindo um melhor entendimento do papel que as novas tecnologias possuem nos processos educacionais.

Palavras-Chave: gestão escolar; desigualdade social; tecnologias educacionais.

1. INTRODUÇÃO

As teorias da administração orientam a construção de planos estratégicos para a gestão das mais diversas instituições e refletem os aspectos da sociedade em seu comportamento. O reflexo das demandas

sociais chega até as unidades educacionais através dos seus atores, expressando suas expectativas já que estas estão inseridas no seio da sociedade e constituem um dos mais importantes instrumentos sociais de emancipação através do diálogo crítico, emancipador e libertador (FREIRE, 2005).

Viu-se a necessidade do uso amplo dos meios tecnológicos no ambiente educacional iniciado no ano de 2020 devido estado de isolamento social, buscando assim, garantir o direito a educação prevista na legislação nacional.

O atraso de grande parte da educação escolar, considerando os avanços observados em relação ao que hoje é possível, dificulta as instituições a chegarem à sociedade da informação e do conhecimento (MORAN, 2012). É emergente o desejo de provocar uma ação reflexiva sobre os aspectos necessários a construção de uma escola com políticas e práticas eficazes para o enfrentamento dos desafios surgidos da relação entre os sujeitos com a sociedade, onde “a construção do sujeito social é permeada por um processo de criação de significados construídos na interação do homem com a cultura da qual faz parte” (CASTRO, 2007, p. 320).

Mas como poderá ocorrer uma transformação significativa e urgente sem canais e ferramentas acessíveis? Há maneiras de superar as desigualdades sociais através da educação mediada por tecnologias? Tais questionamentos conduziram nossa pesquisa, considerando o ODS 10 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, como peça importante para compreendermos as desigualdades sociais provocadas pela inacessibilidade as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC.

Buscamos discutir ao longo do presente trabalho a relação existente entre a gestão escolar e os novos desafios emergentes da sociedade “cujas linhas de força e rápida expansão, estão baseadas nas redes telemáticas” (RÜDIGER, 2013, p. 07), comandada por sujeitos diversos que, representam na prática, indivíduos singulares, onde “as resistências à mudança são fortes” (DOWBOR, 2001, p.14), quando se referem a inserção das tecnologias na educação.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS.

“A função precípua da escola é criar condições para que o aluno, por meio da assimilação do conhecimento sistematizada” (RODRIGUES, 1985, p. 103), avance no seu processo de escolarização e no desenvolvimento de condutas que o leve para o pleno desenvolvimento da cidadania. Para essa finalidade temos na gestão dos espaços educacionais, uma ferramenta capaz de auxiliar os profissionais da educação, a desenvolverem ações eficazes

que proporcionem o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes na escola.

A gestão escolar verificada em nossas escolas sofre grande influência das teorias advindas da área da administração que se colocam descontextualizadas diante da rotina escolar e sem funções práticas para o desenvolvimento das atividades diárias. Percebe-se práticas de gestão cuja função apoia-se mais em controlar do que para estimular novos conhecimentos, materializando as relações de poder na esfera administrativa, organização do trabalho, burocracia e pessoal (BASTOS, 2002), reforçando a necessidade da reconstrução da identidade da gestão escolar, que leva a uma “pseudo-aceitação” dos avanços tecnológicos observados na sociedade.

Nosso foco principal agora não é discutir a identidade da gestão escolar e sim, como esta percebe a exclusão dos sujeitos quando inserimos as tecnologias digitais. A “valorização da informática pela sociedade faz desta um objeto cultural que funciona como mediador, para os sujeitos, dos processos de organização de sua experiência no mundo, de seu conhecimento sobre ele” (CASTRO, 2007, p. 320) e como se dá a relação com a educação mediada por tecnologias. Para Martins (2002, p. 26) a exclusão seria um conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal.

“O currículo engessado, conteudista; a formação deficiente de professores e alunos; a cultura da aula tradicional, que leva os professores a privilegiarem o ensino, a informação e o monopólio da fala” (MORAN, 2012), levou as unidades escolares a uma adequação simplista das aulas, das atividades – nos períodos que antecederam e sucederam a pandemia –, das posturas e das novas concepções educacionais como maneira eficaz para a superação das desigualdades, ligadas direta e/ou indiretamente a educação, como o acesso a cultura, alimentação adequada e a informação.

Essa ação pedagógica não planejada ou organizada de maneira rasa, não será capaz de compreender o fenômeno das desigualdades, aqui devemos considerar todos os tipos de desigualdades, a saber: econômicas, educacionais, culturais, sociais etc., indo em desencontro ao que deve estar previsto no Projeto Político Pedagógico – PPP, traçando de maneira clara os objetivos da escola, os mecanismos e estratégias para alcançar os objetivos pensados pela comunidade alinhando o pensamento pedagógico, político e administrativo (BRASIL, 2007).

Para Kenski (2012), a falta de conhecimento do professor para uso das tecnologias, o leva a ficar

[...] lendo para a turma sonolenta o assunto da aula; o que exhibe uma série interminável de *slides* e faz apresentações em PowerPoint; o que coloca o vídeo que ocupa o tempo todo da aula; ou o professor que usa a internet como se fosse apenas um grande banco de dados, para que os alunos façam “pesquisa” (KENSKI, 2012, p. 57).

As práticas descontextualizadas e superficiais percebidas na fala de Kenski (2012), trouxeram um cenário instável, gerando a implosão dos alicerces da escola tradicional, já que mesmo sem estrutura, as desigualdades incorporam-se a rotina escolar, exigindo de todos a reconstrução das práticas em vigência, do tipo vertical que já se veem ultrapassadas a décadas.

Diante desses aspectos a gestão escolar precisou refletir seus conceitos, posicionamentos e até dogmas na busca pela qualidade da organização dos trabalhos escolares, através de práticas democráticas exigidas para que a escola cumpra sua função educativa (WITTMANN, 2007), possibilitando o acesso da comunidade escolar a todos os serviços educacionais prestados pelos sistemas de ensino em todas as etapas, desde a educação básica ao ensino superior.

A realidade pedagógica, cultural, social e econômica das escolas públicas servirá como ponto de partida para nossas reflexões, diante de um país com dimensões continentais e com uma profunda diversidade emanada pelo seu povo. Em 2019, tínhamos 420 milhões de dispositivos digitais (computadores e smartphones) circulando no Brasil, o que dá 2 dispositivos por habitante, sendo a distribuição desses dispositivos, no entanto, nem sempre é igualitária (IBGE, 2017).

Garantir a inclusão educacional com vistas à superação das desigualdades presentes em nossa sociedade exige que a escola possua um conjunto de valores sólidos e bem construídos através dos processos democráticos (WITTMANN, 2007), servindo de guia para que a gestão escolar possa implementar práticas que visem não somente o sucesso do rendimento em avaliações de larga escala mas, que possam ter uma preocupação real com o acesso e a permanência de crianças e jovens ao sistema educacional, especialmente das minorias segregadas pela sociedade elitista (REIS, 2013).

Segundo Reis (2013, p.78):

[...] a educação que inclui reforça o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas, ao mesmo tempo que contribui para o exercício dos direitos humanos, princípio básico do reconhecimento e valorização da diversidade. Ser, estar e conviver com o outro são direitos constitucionais que garantem ao ser humano o exercício de sua condição humana e, portanto, de sua diversidade, de suas diferenças (REIS, 2013, p.78).

O processo desigual de povoamento do território brasileiro, gerou uma variedade expressiva de “mini sociedades”, cada uma delas apresentando suas questões morais, culturais e socioeconômicas específicas (MORAES, 2000), exigindo do Estado políticas públicas que possam garantir uma educação inclusiva em todas as suas facetas.

Segundo o Relatório “A distância que nos une” (2017),

Uma sociedade igualitária não só oferece oportunidades iguais aos seus cidadãos e cidadãs, mas também se preocupa com condições de vida menos desiguais em sua população. Tal como define a meta 10.3 do ODS 10, é fundamental “garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados (OXFAM, 2017 p. 13).

A gestão no campo educacional precisa assumir concepções horizontais de direitos. “A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos” (MARQUES, 1990, p. 27), considerando as especificidades inerentes de cada indivíduo, como este se relaciona com seus pares e como cada sujeito interpreta a sociedade e cria seus núcleos coletivos a partir das interações que ocorrem dentro e fora dos ambientes formais e não formais.

Segundo o Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN 9394/96, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Emerge a intencionalidade de ofertar uma educação significativa e de qualidade, considerando a forte influência das características sociais, culturais, econômicas, religiosas, de gênero, etc, pensadas para o desenvolvimento dos sujeitos em suas diversas vertentes, explorando sua carga cultural, conhecimentos informais e suas expectativas de vida de maneira construtiva, desprezando as práticas reprodutivistas da cultura burguesa através do aparelhamento ideológico observado em algumas diretrizes seguidas pelas escolas.

A gestão escolar precisa considerar as desigualdades sociais como um problema ser compreendido pela escola, que está inserida em comunidades, em contato com os vários tipos de violência e suas interpretações.

Conhecer as peculiaridades da sua respectiva comunidade, que certamente se diferencia das demais, auxiliará a escola a consolidar a sua função social, explicita em seu projeto pedagógico, transformando as técnicas e metodologias tradicionais que já não mantêm diálogo algum com as necessidades da sociedade contemporânea e tecnológica.

2.2. DESIGUALDADES SOCIAIS VERSUS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: O DESAFIO DA GESTÃO ESCOLAR

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS passaram a orientar as políticas públicas em várias nações e atividades de cooperação

entre países no mundo (IPECE, 2022, p. 11). É possível verificar nas últimas décadas um aumento significativo das discussões sobre o ODS 10 da agenda 2030 da ONU – Organização das Nações Unidas, que trata diretamente da superação das desigualdades sociais (IPECE, 2022).

Nos últimos anos, vemos uma parcela significativa da população ser empurrada para a margem do mundo digital, pela dificuldade de acesso, uso e possibilidade de formação para a utilização profissional e pessoal das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDIC (CIEB, 2021).

Embora se acredite que, todos tem as mesmas condições de acesso e utilização dos aparelhos e recursos digitais, temos aqui um equívoco de compreensão, uma cegueira que nos leva ao erro (CIEB, 2021). O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo (OXFAM, 2017, p. 17) e possui péssimas estruturas de rede e serviços, que somados aos crescentes índices de indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social e econômica, geram os uma quantidade expressiva de analfabetos digitais. “Nossos indicadores de desigualdade são como diferentes lentes que fotografam o mesmo problema – o distanciamento hierarquizado de grupos sociais” (OXFAM, 2017, p. 17).

Crescentes estudos, desenvolvidos por Cavalcante, Marques e Leandro (2021), Cavalcante e Pereira (2021) e CIEB (2021), buscam analisar o impacto das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem nas unidades de ensino, porém, precisa-se considerar a implicação e influência que um possui sobre o outro. As novas tecnologias não devem ser vistas como solução para os problemas educacionais, mas podem ser vistas como alternativas, superando os desgastes que as metodologias tradicionais, baseadas na palestra conferiram a alunos e professores (TAVARES, FERNANDES & SOUZA 2010).

Uma pesquisa realizada pelo UNICEF em 2017, gerou o relatório “Situação Mundial da Infância 2017: as crianças no mundo digital¹”, que nos leva a refletir o acesso desigual aos meios digitais de informação, aumentando a desigualdade e exclusão dos alunos em situação de vulnerabilidade dos processos mais atuais de aquisição do conhecimento. Certamente, “obtivemos conquistas que merecem ser notadas, mas ainda aquém da concretização de todos os direitos previstos constitucionalmente” (OXFAM, 2017, p. 17).

Diante da situação atual, onde a sociedade mundial curvou-se a letalidade da COVID-19 sendo necessário abdicar do direito elementar de ir e vir, foi possível perceber o despreparo do poder público, das instituições de educação, dos profissionais da educação e dos gestores escolares em adequar os processos educativos ao estado de isolamento social.

¹ Disponível em <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/110-the-state-of-the-world-s-children-2017-children-in-a-digital-world/> acesso realizado em 30 de abril de 2023.

Desigualdades sociais não são inevitáveis. São, antes, produto da ação ou inação de governos e empresas ao longo da história, em benefício de poucos indivíduos com muito poder. Desta forma, seu combate também exige políticas sustentadas ao longo do tempo, levadas a cabo por sucessivos governos, bem como mudanças estruturais na forma pela qual as sociedades distribuem renda e riqueza (OXFAM, 2017, p. 35).

O desafio da gestão da educação em meio ao cenário atual é entender a relação entre desigualdades sociais e tecnologias e como esta junção pode ser usada em benefício dos alunos e das instituições.

Segundo o Centro de Inovação para a Educação Brasileira – CIEB, “os dados mostram que 54,7% das escolas públicas não têm acesso à internet para seus estudantes ou este acesso é considerado ruim” (CIEB, 2021, p. 23).

Fantinato (2014, p. 14) afirma que:

Para que se efetivem as intenções de conviver respeitando a diversidade, torna-se necessária a preparação dos professores para efetivação dos avanços no processo de aprendizagem. De nada adianta a opção filosófica que a escola adotar nem políticas educacionais se o profissional não tiver formação adequada que possibilite mudanças significativas na qualidade da educação oferecida aos brasileiros (FANTINATO, 2014, p. 14).

A gestão escolar entra nesse processo mediando e provocando todos os atores a avaliarem suas práticas pedagógicas para que se consiga efetivar os avanços no processo de aprendizagem.

Gostaríamos de reforçar que as mudanças significativas em busca da qualidade da educação, são perpassadas pelos avanços tecnológicos presentes na sociedade. A instituição Escola e conseqüentemente a gestão escolar estão inseridas no mundo tecnológico não podendo abster-se de envolver seus projetos pedagógicos, considerando uma ação necessária para adequar-se aos anseios sociais e educacionais do século XXI, ao desenvolvimento local e ao alcance das metas estabelecidas pela ONU na agenda 2030.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os estudos sobre as desigualdades sociais na área educacional e acesso às novas tecnologias voltadas para a educação ainda vivenciam um panorama desfavorável carecendo de políticas públicas que promovam sua popularização e inclusão de todos ao mundo tecnológico, estas se apresentam como campos de estudos imprescindíveis para garantir

que todos os sujeitos da sociedade, sejam amplamente atingidos pelas práticas educativas, visando a superação da desigualdade social.

A gestão escolar vivencia um profundo e sensível estado de resignificação das suas origens e práticas, questionando sua estrutura administrativa e política de modo a garantir o respeito de todos que precisam e devem ter acesso às instituições escolares, tendo suas particularidades respeitadas e incorporadas a rotina diária.

Buscamos através deste artigo refletir como as tecnologia e gestão escolar estão ligadas as desigualdades sociais. Observamos que, através das pesquisas que auxiliam a todos os profissionais da educação e os aspectos positivos surgidos dos processos de gestão escolar em consonância com a superação das exclusões na sociedade tecnológica, pode ser uma realidade possível.

Por fim, almeja-se o aprofundamento das questões suscitadas neste trabalho proporcionando um melhor entendimento do papel que as novas tecnologias possuem nos processos educacionais e como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU, podem auxiliar no desenvolvimento de novas teorias, práticas, metodologias e ferramentas que busquem diminuir uma lacuna histórica no processo de integração de todos os grupos culturais presentes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AOYAMA, A. L.; PERRUDE, M. R. S. **Educação e Diversidade: as armadilhas produzidas e reproduzidas no espaço escolar**. In: Eliane Cleide da Silkva Czernicsz; Marleide Rodrigues da Silva Perrude; Ana Lúcia Ferreira Aoyama. (Org.). Política e Gestão da Educação. Londrina: Editora da UEL, 2009.

BASTOS J. B. **Gestão democrática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

BRASIL. IBGE. PNAD – Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf. Acesso em 27 maio de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 30 de abril de 2023.

CASTRO, A. de F. **O computador na escola: modos de leitura e mídias hipertextuais**. In: SENNA, Luiz Antonio Gomes (Org.). Letramento: princípios e processos. Curitiba: Ibpex, 2007.

CAVALCANTE, J. C. O. & PEREIRA W. F. (2021). **As contribuições das TDiCs para a cultura digital, tecnologia assistiva e formação docente: um breve debate.** In Pereira, W. F. & Andrade, A. L. (Orgs.) Tecnologias emergentes no campo educacional: educação e tecnologia no cenário contemporâneo. Guarujá, SP: Científica Digital. *E-book*.

CAVALCANTE, J. C. O.; MARQUES, S. A. R. & LEANDRO, M. I. F. (2021). **Os novos clics da educação: O e-learning como proposta disruptiva para a nova educação.** In Marques S.A. R. (Org.). Reflexões e ações em tecnologias emergentes educacionais. Iguatu, CE: Quipá Editora. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/602715>. Acesso em 12 junho de 2023.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. CIEB: estudos #7: **Como o mercado de tecnologias se relaciona com a rede pública de ensino: uma radiografia da interação entre os dois setores e dos caminhos para aproximá-los.** São Paulo: CIEB, 2021.

DOWBOR, L. **Tecnologia do conhecimento: os desafios da educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FANTINATO, T. M. (1994). **Formação docente para a diversidade.** 1ª ed. Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 44ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas, SP: Papirus, 2012.

MARTINS, J. S. **A Sociedade vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

OXFAM. **A diferença que nos une: Um retrato das desigualdades Brasileira.** OXFAM Brasil, 2017. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em 18 de abril de 2023.

REIS, M. B. de F. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, 2013.

Relatório ODS. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará**: ODS 10 - Redução das Desigualdades. Nº 10/2022. Fortaleza, Ceará: IPECE. 2022.

RODRIGUES, N. **Colegiado**: Instrumento de Democratização. In Revista Brasileira de Administração Escolar. Porto Alegre, v. 3, nº, jan/julho, 1985.

RÜDIGER, F. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2013

WITTMAN, L. C. **Gestão Democrática**. Curitiba, 2007